

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica 2024-2025**  
**Políticas Públicas – Turma A**

**EXAME ESCRITO DE AVALIAÇÃO – GRELHA DE CORREÇÃO**  
**9.1.2025**

I. No comentário deve abordar os seguintes tópicos:

- Descrever o processo de descentralização definido pela Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto: objetivos, princípios, âmbito material e recursos
- Enquadrar esse processo nos princípios e preceitos constitucionais
- Apresentar as vantagens e desvantagens do processo de descentralização (mais eficiência e eficácia dos serviços públicos e da utilização dos recursos públicos, proximidade, mas também risco de aumento das disparidades territoriais ou aumento da despesa pública, por exemplo)
- Desenvolver os problemas e limites decorrentes do financiamento: neutralidade financeira da descentralização e consequências da definição centralizada dos valores alocados anualmente a cada área setorial. Tomar posição pessoal sobre o assunto.

II

A)

- Definir o conceito de políticas públicas e sua caracterização: multidisciplinares, multissetoriais, colaborativas e participadas, sustentáveis
- Relacionar as políticas públicas com a importância do planeamento de e para a Administração Pública
- Descrever sumariamente as dificuldades do planeamento público (falta de especialização, limites financeiros, ciclos eleitorais)

B)

- A importância da pré-definição de métricas na avaliação das políticas públicas
- Tipos de avaliação, quanto ao autor, ao momento, aos critérios de monitorização e quanto aos resultados

C)

- Distinguir descentralização, como princípio atributivo de competências, de subsidiariedade como princípio regulador de competências
- Enquadramento constitucional e legal
- Preferência constitucional pela subsidiariedade e consequências disso para o processo de descentralização

D)

- Distinguir transferência universal de competências e transferências não universais, relacionando com a forma jurídica – ato legislativo ou contrato – à luz, designadamente, dos artigos 114.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
- Analisar e caracterizar o regime jurídico dos contratos de transferência de competências, em especial os princípios que os regem
- Apresentar as vantagens e desvantagens de ambos os modelos, optando, fundamentadamente, por um deles em termos de opção de política pública